

ARQUEOLOGIA EM CONSTRUÇÃO E O COMPLEXO ARQUEOLÓGICO DOS PERDIGÕES

por

Miguel Lago*

Resumo: O nosso tempo, mais do que todos os outros em que se sentiram profundas transformações, assume a necessidade de reflectir sobre as suas origens, as suas contingências, o seu devir e o sucessivo efémero da realidade. O património enquanto conceito relacionado com o princípio da herança, ou seja daquilo que é legado por aqueles que já passaram, é uma realidade que atravessa, de uma forma ou de outra, o corpo de qualquer sociedade. Todos os indivíduos e todas as sociedades possuem formas de património que em diferentes momentos é avaliado de uma forma concreta. Sendo esta uma realidade tão abrangente, não é sustentável que, numa sociedade democrática em que se procura incrementar os valores da cidadania, o património comum ou público continue a ser uma preocupação quase exclusiva do Estado, devendo antes ser procuradas soluções que aproximem os cidadãos das virtualidades que resultam do conhecimento daquilo que é seu.

O caso do património arqueológico é apenas uma das facetas que entronca no corpo comum mais vasto. A visibilidade da arqueologia cresceu acentuadamente e a sua importância social atinge actualmente níveis até hoje desconhecidos, sendo notório que os cidadãos procuram aceder ao que anteriormente estava limitado a uma comunidade científica muito restrita.

A reflexão em torno das potencialidades do Complexo Arqueológico dos Perdigões, incluindo um Povoado Neo-Calcolítico, uma necrópole e um recinto megalítico, mostrou que era urgente a sua plena protecção e salvaguarda, tal como estimulavam estratégias de valorização que permitissem a sua alargada fruição como bem cultural transcendendo os limites da comunidade científica arqueológica.

Activar o Complexo Arqueológico dos Perdigões enquanto bem patrimonial de dimensão pública parece-nos ser um passo fundamental no seio de uma estratégia de afirmação do significado social da nossa herança patrimonial. A definição do conceito de Arqueologia em Construção visa dar resposta a novos problemas e concepções de património.

Palavras chave: Perdigões; Herança; Gestão patrimonial.

Abstract: More than in any other time in which great changes have been felt, ours is one in which it has become necessary to reflect upon ours origins, contexts, future, and the ephemeral nature of reality. Heritage, as a concept related to the idea of inheritance, or something inherited from our forefathers, is to a greater or lesser extent present in all societies. As this is so patently obvious, it is unacceptable that in a democratic society, which attempts to enhance values associated to citizenship, that safeguarding of heritage, whether it be private or public, is left, almost entirely, to the responsibility of the state. Measures should be sought to increase the awareness of the general public as to the benefits of knowing more about what is, in fact, theirs.

* Arqueólogo. Administrador Delegado da Era-Arqueologia, S.A. E-mail: miguellago@era-arqueologia.pt

Archaeological heritage is only one aspect of heritage, the visibility of which has increased exponentially in recent years, and the social importance of which is greater than ever before. It is clear that the general public is becoming more interested in what was previously only of interest to archaeologists.

Reflexion about the potential of the Perdígões Archaeological Complex, including a Neo-Chalcolithic settlement, a necropolis and a cromlech, has shown that it may become a resource not only for the archaeological community but also for the general public.

The definition of the concept of Archaeology in Construction, aims to open up to society in general new ways of relating to heritage.

Key-words: Perdígões; Inheritance; Heritage Management.

1. UMA GESTÃO DA MEMÓRIA?

O nosso tempo, mais do que todos os outros em que se sentiram profundas transformações, assume a necessidade de reflectir sobre as suas origens, as suas contingências, o seu devir e o sucessivo efémero da realidade. O percurso da contemporaneidade incorpora processos de profunda mudança nas sociedades humanas, com conseqüências particularmente nítidas na transformação do meio ambiente, e suscita uma impressionante velocidade e amplitude atingida pelos processos de complexificação a que chamamos normalmente "progresso". Conjuntamente com a chamada globalização, processo que corresponde à intensificação dos fenómenos de comunicação interculturais e ao expandir de determinadas matrizes culturais, as sociedades, normalmente de cariz ocidentalizada, em que estes processos atingem níveis elevados, têm revelado a emergência de novas preocupações relacionadas com questões do foro da identidade colectiva. Neste contexto de mudança e de afastamento dos sistemas tradicionais, os valores relativos à preservação da memória, em que se enquadram os do património histórico-arqueológico, são naturalmente foco de particular atenção. São assim compreensíveis, no caso europeu, necessidades que passam pela afirmação da diversidade no seio de uma identidade comum que se procura caracterizar e enraizar ideologicamente.

O debate em torno das questões do património, no seu sentido mais lato e no sentido mais estrito, que aqui nos interessa, não tem sido estimulado em Portugal e são evidentes as limitações da sustentabilidade teórica subjacentes às políticas e estratégias de actuação em torno dos valores patrimoniais. Parece-nos que a ausência de formação nesta área, resultante antes de mais do alheamento que as universidades têm manifestado em relação às questões da gestão patrimonial, não tem favorecido a consistente emergência de novos paradigmas na forma de encarar o património.

Após as grandes intervenções promovidas pelo Estado Novo, por meados do século vinte, claramente decorrentes de uma política de património estruturada em torno de princípios ideológicos específicos, apenas a partir da segunda metade dos anos noventa foi implementada uma política fundamentada e estrategicamente

prosseguida¹, apesar de problemas que resultaram da sua aplicação prática através das ferramentas disponíveis, ou seja, das desajustadas estruturas da administração pública e do obsoleto corpo legislativo vigente.

Com o caminhar para o final do milénio, as sociedades europeias através dos seus governos foram assumindo preocupações renovadas pelo património e actualmente assistimos, especialmente no espaço da União Europeia, à emergência do que poderá vir a ser uma política europeia de património como resultado de necessidades e reflexões em torno dos fenómenos das identidades específicas e da identidade comum aos estados membros. O esboço de tal política parece assentar na identificação do que é comum no seio de uma diversidade de referências identitárias específicas a estados, nações ou comunidades concretas.

Parece-nos que entre nós, as carências de formação podem ter limitado as possibilidades de um debate solidamente sustentado e esclarecido. Da legislação à prática da esmagadora maioria das instituições, as noções de base ou as acções que nelas se enquadram com as suas inevitáveis consequências, não são resultantes de um estruturado e sólido corpo de princípios, ocorrendo antes sem suficiente reflexão em torno dos pressupostos de que emana.

O património enquanto conceito relacionado com o princípio da herança, ou seja daquilo que é legado por aqueles que já passaram, é uma realidade que atravessa, de uma forma ou de outra, o corpo de qualquer sociedade. Todos os indivíduos e todas as sociedades possuem formas de património que em diferentes momentos é avaliado de uma forma concreta. Sendo esta uma realidade tão abrangente, não é sustentável que, numa sociedade democrática em que se procura incrementar os valores da cidadania, o património comum ou público continue a ser uma preocupação quase exclusiva do Estado, devendo antes ser procuradas soluções que aproximem os cidadãos das virtualidades que resultam do conhecimento daquilo que é seu, directa ou indirectamente e independentemente do princípio da propriedade.

O significado e importância do património variam com a escala a que são debatidos: de indivíduo para indivíduo, ao longo do tempo, entre sociedades ou de região para região. É apanágio do nosso tempo e das sociedades ocidentais conceber o património como um conceito imensamente abrangente que privilegia novas formas de com ele se estabelecerem inter-acções, nomeadamente a partir do tempo de lazer, uma clara criação contemporânea. Essa faceta liberta o património para novas estratégias de rentabilização de recursos, tornando-o numa peça dos novos conceitos industriais, globalmente agregados em torno do turismo.

Independentemente do nosso ponto de vista, é inquestionável que actualmente a gestão do património deve ser devidamente ponderada e assente em princípios passí-

¹ Salienta-se a síntese presente em *Património. Balanços e Perspectivas (2000-2006)*. Lisboa, IPPAR, 2000.

veis de claro entendimento, antes de mais pela comunidade em que se insere ou que a ele está directamente conectada, mas também como os que aparentemente estão mais afastados da sua essência, nomeadamente os forasteiros.

O caso do património arqueológico é apenas uma das facetas que entronca no corpo comum mais vasto. A sua realidade assenta em materialidades particularmente frágeis e na maior parte dos casos desconhecido porque subterrâneo. Nos últimos anos e um pouco por toda a Europa as mudanças na percepção das potencialidades das materialidades e imaterialidades do passado conduziram a novos enquadramentos legislativos que naturalmente produziram um forte incremento da actividade arqueológica, pelo que após uma fase em que a sua prática decorria essencialmente em torno de processos de investigação ou de musealização, surgiram recentemente preocupações complementares como a da valorização patrimonial e do acesso directo dos cidadãos à vivência e experimentação dos sítios. Particularmente a partir dos anos oitenta, assiste-se a um processo de percepção das consequências da cada vez mais ampla interferência das acções humanas nas paisagens e da necessidade de integrar no âmbito do ordenamento do território as questões arqueológicas, sob pena de irreparáveis perdas. A visibilidade da arqueologia cresceu acentuadamente e a sua importância social atinge actualmente níveis até hoje desconhecidos, sendo notório que os cidadãos procuram aceder ao que anteriormente estava limitado a uma comunidade científica muito restrita.

A relação entre a investigação arqueológica e os processos de valorização do património arqueológico, tem sido tendencialmente conflituosa e as crescentes exigências obrigaram a uma diversificação do perfil tradicional do arqueólogo, desdobrando-se agora, em muitos casos, entre o papel de investigador e o de gestor de património. A tendência actual é para o afastamento de uma arqueologia de investigação em direcção a um domínio mais amplo em que a salvaguarda, a preservação, a valorização controlada e a dinamização de actividades são outros aspectos de novas estratégias mais dinâmicas e criativas de gestão patrimonial. Assim, procuram-se formas diversificadas de activação do património enquanto recurso social e económico, no sentido do alargamento das possibilidades de efectivamente usufruir da herança colectiva, que temos a responsabilidade de preservar e enriquecer. As suas múltiplas potencialidades permitem ampliar no cidadão o conhecimento sobre si próprio e sobre a sociedade em que se insere e potenciam a emergência de actividades económicas com significativas possibilidades de expansão.

É no contexto destas novas necessidades sociais que o papel da disciplina arqueológica e dos arqueólogos evolui, preservando-se no entanto o essencial que é a tentativa de compreensão da realidade enquanto processo dinâmico ancorado no passado, antes de mais através de vestígios que desde então perduraram. Em nosso entender, os processos de investigação deixaram, globalmente, de fazer sentido sem uma correcta ligação ao meio social, devendo-se procurar formas de articulação com os cidadãos.

Esta perspectiva de menor isolamento do investigador, evidente em outras áreas das chamadas ciências exactas ou da natureza, tem vindo progressivamente a ser atingida, não só através de publicações de divulgação realizadas por autores fundamentais, como também pela articulação entre ciência e lazer². No campo das ciências sociais e particularmente na arqueologia o percurso a realizar está no seu início, sendo nossa opinião que um dos seus pontos fortes deve ser a abertura dos processos de investigação e de conhecimento para o exterior da comunidade arqueológica.

A arqueologia está ancorada em noções de descoberta e o fosso aberto entre os fazedores de processos de investigação ou de interpretação e a sociedade que os enquadra, favoreceu a emergência e a consolidação de uma mistificação em torno da actividade e da própria figura tipificada do arqueólogo, oscilando entre o sábio louco e o aventureiro, estilo Indiana Jones. Em qualquer dos casos, foi sendo infelizmente preservada a noção de autoridade do investigador em torno de alguns processos de investigação e que são ainda hoje naturalmente encarados como base prévia à formulação de um discurso de cariz oficial com objectivos de divulgação e valorização patrimonial. Assim se explica a manutenção da noção de que a musealização de sítios arqueológicos só deve ser concretizada após a respectiva escavação, explicação ou interpretação realizada.

2. ARQUEOLOGIA EM CONSTRUÇÃO NOS PERDIGÕES: FAZER ALGO DE NOVO

O Complexo Arqueológico dos Perdigões, localizado nas imediações de Reguengos de Monsaraz (Alentejo), era um sítio escassamente conhecido até 1996, data em que uma profunda lavra prévia ao plantio de uma extensa vinha, permitiu a definição dos seus limites e a efectiva visualização da sua complexidade arquitectónica, incluindo diversas componentes espacialmente definidas. Uma ocorrência particularmente danosa suscitou assim a plena detecção de um valor patrimonial, insuspeito anteriormente.

A amplitude das consequências que resultaram da percepção da fisionomia geral do sítio não é ainda possível de definir; determinadas heranças, particularmente as que têm implicações financeiras óbvias, podem ter um impacte imediato à sua ocorrência; no caso dos valores arqueológicos, tal fenómeno é manifestamente impossível de ocorrer em sociedade que não concebem a valorização monetária desse tipo de bens. Tais heranças não valem por si só, sendo necessário que a criatividade, a acção e o empenho as transformem em realidades activas e consequentes, antes de mais a partir

² A título de exemplo recorda-se o Pavilhão do Conhecimento, integrado na Expo 98.

do conhecimento que propiciam. Daí que o ano de 1996 tenha passado despercebido na já longa história dos Perdígões.

Em 1997 foram realizados diversos trabalhos com carácter de emergência, promovidos de forma articulada entre o Estado e a entidade proprietária de uma significativa área do conjunto. Os objectivos então delineados passavam pelo diagnosticar dos danos causados no povoado pré-histórico e pela definição de áreas passíveis de protecção posterior, assumindo-se que os empreendimentos agrícolas previstos poderiam prosseguir na generalidade da área do sítio. No entanto, a revelação do extraordinário potencial científico do sítio e o seu surpreendente estado de preservação, motivaram um parecer integrado no respectivo relatório final apontando no sentido da protecção integral da sua área afectada, correspondente a cerca de três quartos da sua totalidade, incluindo a total desafecção em termos de exploração agrícola. Tal recomendação, aprovada pelas entidades tutelares do património arqueológico, foi prontamente seguida pelo proprietário, verificando-se uma total sintonia de opiniões entre entidades públicas e privadas com diversificadas vocações.

Diagnosticados os danos e confirmada a enorme importância deste conjunto patrimonial, a equipa da Era-Arqueologia, S.A., que realizara tal projecto inicial, desencadeou uma reflexão em torno das formas de activação do sítio, considerando-se que o seu potencial multifacetado não deveria ser meramente preservado para o futuro, devendo antes optar-se pela sua imediata rentabilização, antes de mais em termos científicos. De facto, o arranque de processos de investigação a partir do local poderia suscitar avanços significativos no conhecimento de um vasto conjunto de problemáticas ancoradas na emergência das primeiras sociedades complexas agro-pastoris do nosso território, tendo sido do seu seio que emergiu aquela realidade arqueológica, cuja herança estava praticamente esquecida, só agora podendo ser renovada de forma consciente. Dado o gigantismo do sítio e a limitação de meios financeiros disponíveis, optou-se por prosseguir uma cautelosa investigação no local e a partir do local, assente em questionários bem precisos, limitados a problemáticas concretas e cujas fontes arqueológicas fossem facilmente acessíveis, seleccionando-se para a primeira abordagem programada as questões em torno dos ambientes funerários.

A reflexão em torno das potencialidades do Complexo mostrou que as suas múltiplas vertentes tornavam urgente uma plena protecção e salvaguarda, tal como estimulavam estratégias de valorização que permitissem a sua alargada fruição como bem cultural transcendendo os limites da comunidade científica arqueológica.

Em torno dos valores patrimoniais gravitam diversos tipos de interesses, devendo a sua gestão, que em Portugal é antes de mais uma obrigação do Estado, ter em atenção tal multiplicidade: agentes públicos, agentes locais, proprietários, comunidade científica, os média, turistas, habitantes, etc. A plena protecção de um local e a sua activação enquanto valor patrimonial deve ter em atenção este aspecto, sendo certo que em

Portugal a ausência de uma “sociedade civil” plenamente consciente da sua cidadania cria problemas à gestão corrente destes bens, sendo que os de natureza arqueológica mereceram até recentemente a quase exclusiva atenção da comunidade científica.

Assim, antes de mais, urgia enquadrar o complexo arqueológico nos mecanismos legais que tão amplamente quanto possível favorecessem a sua salvaguarda. Nesse sentido foi proposta em 2002 a sua classificação como Monumento Nacional, decorrendo ainda o processo que lhe está inerente, paralelamente a propostas de enquadramento nos mecanismos legais de ordenamento de território, nomeadamente no PDM de Reguengos de Monsaraz o que permitirá, de uma forma mais sustentada, criar condições para a sua protecção no seio de uma paisagem em pleno uso contemporâneo, mas na qual se assume como um dos protagonistas fundamentais um elemento herdado de um ancestral sistema de ordenamento territorial.

Activar o Complexo Arqueológico dos Perdigões enquanto bem patrimonial de dimensão pública pareceu-nos ser um passo fundamental no seio de uma estratégia de afirmação do significado social da nossa herança patrimonial, ou seja enquanto “matéria-prima” passível de novas vivências em torno de sítios esquecidos e aparentemente mortos. Daí que, paralelamente ao processo de investigação em curso, a Era-Arqueologia tenha prosseguido, em parceria com o proprietário da maior e mais significativa parcela do sítio³, numa estratégia que visa promover a sua divulgação e avaliar as possibilidades de ali implementar processos de ampla valorização, assumindo-se uma estratégia de rentabilização das múltiplas facetas do património arqueológico, sem desvirtuar a sua condição de herança⁴.

2.1. Condições para um Projecto de Valorização

A concepção dos elementos patrimoniais de carácter arqueológico serem plenos de múltiplas vivências actuais e não meros “bibelots” referenciais de uma visão interpretativa do passado dispersos em paisagens, parece-nos fundamental para o seu pleno usufruto enquanto herança passível de efectivas consequências. Antes de mais o património tem que ser conhecido, podendo depois ser compreendido, interpretado, usado ou transformado. Os sítios e monumentos históricos podem efectivamente ser

³ Finagra, S.A.

⁴ A equipa constituída pela Era-Arqueologia, S.A. para a definição prévia de um Projecto de Valorização Patrimonial foi constituída pelos seguintes elementos: Miguel Lago, António Valera, Sofia Macedo (Arqueólogos), Rita Gerónimo, (Antropóloga), Rodrigo Versos (Jurista), José Nuno Beirão Miguel Salgado Brás, Lara Bulcão (Arquitectos – Atelier b quadrado, arquitectos, Lda.), Gonçalo Falcão e Teresa Lago (Designers – Atelier Ideia I Limitada).

reconvertidos, tornando-se numa nova e delicada “matéria-prima” ao serviço da ciência, do lazer ou da diversão.

O património arqueológico é um recurso cultural finito e não renovável, pelo que a sua gestão deve ser muito ponderada, não podendo a sua rentabilização, que deve beneficiar as gerações presentes e futuras, colocar em causa a preservação dos bens em si mesmos.

O Complexo Arqueológico dos Perdigões é, pela conjugação de diversas condições, um elemento privilegiado no contexto desta forma de encarar o Património. Antes de mais, do ponto de vista da representatividade histórica e do potencial científico, é inegável estarmos perante um conjunto muito significativo (Lago, et alii, 1998), com origem há mais de 6.000 anos. De grande dimensão e monumentalidade, multifacetado e de vasta complexidade arqueológica, encerra um inestimável potencial científico e patrimonial. Globalmente, relaciona-se com o período de consolidação e apogeu das mais antigas sociedades camponesas europeias, durante o qual, e pela primeira vez, se transformaram de forma duradoura as paisagens, nomeadamente através da construção de arquitecturas monumentais em que se integram os numerosos monumentos megalíticos da região e povoados de diversificadas características (Shaw Evangelista, 2003). Tendo a sua vida decorrido neste ambiente histórico, entre o Neolítico e o Calcolítico, os elementos essenciais do Complexo constituem um notável e bem preservado monumento do seu tempo.

Constituído por várias esferas claramente imbricadas, é caracterizado por um vasto recinto circular de cerca de 16ha, delimitado fisicamente por um fosso que criaria uma barreira entre exterior e interior. Aqui, existiriam diversos espaços concêntricos que culminariam num centro geométrico gerador do sistema arquitectónico. Integrado numa área de alargamento do fosso delimitador, foi identificada uma necrópole integrando sepulturas colectivas e de inumações secundárias; nas suas imediações, mas já no seu exterior, implantava-se um recinto megalítico constituído por diversos menires. A localização específica do conjunto e a fisionomia geral dos seus elementos confirma uma planificação prévia e uma óbvia intencionalidade resultante de uma visão global do território por parte de uma população que nele se enraizava.

Do ponto de vista da inserção numa paisagem em que são patentes as marcas das diferentes comunidades humanas que ao longo do tempo o foram povoando, são inegáveis as vastas possibilidades de leitura sincrónicas e diacrónicas que em muito transcendem o sítio. De facto, apesar das transformações, a paisagem actual é ainda um repositório preservado de modificações naturais e humanas passíveis de observação e de interpretação. O local onde se implanta o Complexo apresenta, no âmbito da região em que se insere, características muito próprias e quase exclusivas, de que se destaca a proeminente integração no vale da Ribeira do Álamo, afluente do Guadiana. O local de implantação do sítio possibilita um vasto domínio visual de uma paisagem

que culmina em Monsaraz, no limite oposto do vale.

Os Perdigões apresentam características que permitem satisfazer de uma forma abrangente a procura de valores culturais relacionados com os vestígios do passado, encarados como estruturadores de identidades sociais e culturais. Refira-se que a região de Reguengos de Monsaraz tem vindo a integrar elementos patrimoniais como componentes de afirmação de uma identidade que também passa por uma renovação cultural, é certo que de forma ainda incipiente, pouco reflexiva e muito menos devidamente planeada. Um projecto global a implementar no local contribuirá para o fortalecimento de uma emergente unidade e identidade cultural local e regional, assente em valores relacionados com património colectivo. Tais valores podem ser constituídos enquanto recursos a rentabilizar num contexto de desenvolvimento integrado e sustentado. A renovação, alimentação e divulgação de uma identidade em torno de Reguengos de Monsaraz pode ser um motor de desenvolvimento social e económico, devendo o património histórico-arqueológico ser um elemento central, capaz de referenciar especificidades próprias à região.

A rentabilização sócio-económica visada permite assumir este objectivo, cujo sucesso depende também da sua integração numa rede de investimentos estratégicos abrangendo de forma global o património regional e consolidando uma actividade económica em que o turismo de qualidade deve ser prioritário. Tal dinamismo diversificará a oferta turística, acrescentando um pólo excepcional e singular capaz de reforçar a identidade específica da oferta regional, de que actualmente se destacam as novas realidades emergindo em torno da Albufeira do Alqueva.

2.2. O Projecto Global

O processo em curso visa implementar um projecto eficaz de Investigação, Salvaguarda, Valorização e Dinamização, correctamente gerido e rentabilizável, tornando-o, no contexto de um desenvolvimento sustentado, numa oferta cultural direccionada a diversos públicos.

Para concretizar esta missão, propõe-se o seu desenvolvimento em torno de três eixos essenciais:

investigação / conhecimento – sem conhecimento não é possível dar a conhecer o sítio nem problematizar o seu significado; conhecer e interpretar são actos fulcrais no processo de recuperação da memória; sem eles não são disponibilizados conteúdos;

salvaguarda / conservação – a protecção e perduração no tempo dos bens patrimoniais é condição para a actual e futura rentabilização desta herança, sem a qual não é possível uma efectiva fruição pública;

divulgação / valorização – o uso do património tem que ser alargado, dinâmico, criativo e rentável do ponto de vista cultural, social e económico.

2.2.1. Âmbito do complexo arqueológico

O Projecto concebe o Complexo de uma forma abrangente, incorporando as realidades patrimoniais e o enquadramento paisagístico a uma escala equivalente. Será esta ampla mancha implantada no território que deverá ser salvaguardada e preservada.

A área global dos diversos núcleos do complexo abrange cerca de 27 ha. Se tivermos em conta o contorno da Zona de Protecção (envolvente até 50m) proposto na candidatura a monumento nacional e a já existente para o recinto megalítico, a área total do complexo arqueológico é de aproximadamente 45ha.

Para além desta área de classificação e respectiva Zona de Protecção, foi proposta adicionalmente uma Zona Especial de Protecção (ZEP), que procura contribuir para a sua integração paisagística, bem como para a protecção da sua visualização, fundamental para a percepção e entendimento do conjunto. É fundamental que esta realidade patrimonial seja devidamente enquadrada num ordenamento territorial de Reguengos de Monsaraz, capaz de assumir como uma das prioridades a integração dos elementos preservados do passado. A percepção do que foram os sucessivos ordenamentos territoriais e a sua incorporação em novas e diversas atitudes sociais de intervenção e de organização da paisagem deve evitar a mera salvaguarda de “ilhas” resgatadas a uma destruição sistemática do todo.

Situando-se na periferia da sede do concelho, a área do Complexo tem características muito próprias em termos de infra-estruturas pré-existent:

- acessos rodoviários de traçado já definido; ou seja, as acessibilidades favorecem processos de valorização e dinamização;
- ausência de significativos constrangimentos urbanísticos, uma vez que os terrenos se integram em áreas de classificação agrícola; apesar disso, em caso de determinadas opções ao nível do ordenamento territorial a proximidade a Reguengos e à aldeia da Caridade podem no futuro criar pressões⁵;
- existência de construções de arquitectura tradicional com potencial de utilização no âmbito do projecto, apesar de se relacionarem com ocupações tardias deste espaço;
- existência de áreas potencialmente livres na envolvência e com capacidade de acolher infra-estruturas enquadradas na organização do projecto.

⁵ Saliente-se que desde o Neolítico esta zona do Vale da ribeira do Álamo representa o fulcro de um povoamento que cujo limite oposto é Monsaraz.

O seu espaço específico apresenta diferentes formas de uso e de restrições, nomeadamente os que apresentam condicionantes decorrentes da protecção oficial como monumentos classificados, as que resultam do facto da propriedade ser privada e detida por diversos proprietários e por fim as condicionantes inerentes ao ordenamento do território (PDM, RAN e REN).

2.3. “Arqueologia em Construção” como ferramenta

A Arqueologia é uma ciência que, pela relação profunda que mantém com a “descoberta” dos mais diversos vestígios materiais dos nossos antepassados, está envolta numa mitologia específica geradora de um óbvio fascínio por parte dos mais diversos públicos. No entanto, é rara a possibilidade de observar e acompanhar o processo de descoberta e de conhecimento inerente à investigação em que se inserem os trabalhos de arqueologia.

Como forma de transformar este conjunto monumental de elevado valor patrimonial, na sua maioria ainda enterrado, num produto cultural singular e de grande qualidade, foi definido o conceito de ARQUEOLOGIA EM CONSTRUÇÃO. Este modelo implica:

- a ruptura* com uma longa tradição de distanciamento entre os processos de descoberta arqueológica e a sociedade. Os sítios arqueológicos são habitualmente abertos ao público após a sua investigação e tratamento, sendo aplicada uma visão interpretativa estática, “oficial” e ausente de dinamismo;
- a criação* de uma dimensão pública nos processos de investigação, salvaguarda e valorização arqueológica, abrindo à sociedade, não apenas os resultados dos trabalhos, mas também os processos e as etapas pelos quais passam as diversas acções implementadas. Ou seja, assumir o diálogo sobre o sítio em processo de trabalho, de elaboração a partir de diferentes perspectivas, daí resultando a recuperação da herança e construção de um novo sítio transformado em “estaleiro” ao qual se acede.

Baseado no paulatino processo de conhecimento do Complexo Arqueológico, os objectivos específicos a atingir são os seguintes:

- proteger e preservar o conjunto, integrando-o na paisagem envolvente;
- gerar um espaço de ciência, baseado na produção de conhecimento científico reflexivo e orientado para um público variado;
- oferecer sentidos ao sítio, através da transmissão de interpretações e narrativas;
- criar um espaço cultural integrado numa diversificada oferta cultural e turística de nível local e regional, desenvolvendo estratégias para a criação, fixa-

ção e aumento de público;

- alargar o âmbito dos investimentos na área da cultura, turismo e lazer actualmente em curso na área da albufeira de Alqueva, contribuindo para a consolidação de uma ampla oferta de qualidade;
- criar um sistema de gestão que forneça os sistemas, as estratégias e os instrumentos necessários à rentabilização dos investimentos realizados no sítio.

O conceito de Arqueologia em Construção tem como dois pólos em permanente diálogo e confronto os processos de investigação ou descoberta e a relação com o exterior, quer seja a sociedade em que se insere com os seus múltiplos interesses e prioridades, quer seja o visitante mais ou menos empenhado, daí resultando processos de abertura em que a valorização e a dinamização são fulcrais. Esta relação é muitas vezes conflituosa, precisamente porque não são estabelecidas as necessárias pontes de convergência de interesses, assumindo os arqueólogos e os gestores de património uma atitude paternalista face aos restantes intervenientes, globalmente considerados como ignorantes ou insensíveis face a óbvios valores patrimoniais. Daí ser comum ouvir que os visitantes não querem pensar...

A questão do alargamento destas possibilidades de interacção motiva a pesquisa em torno das apetências dos diversos públicos para o “consumo de património”; os estereótipos são diversos, mas afinal o que querem os visitantes e que respostas estão a ser dadas e com que fundamentação? Essa é uma das questões centrais ao desenvolver do projecto.

A sua implementação terá, obviamente, que respeitar a legislação em vigor e as Convenções Internacionais que regem as actuações em sítios de significado histórico, tendo sido definidos nesse contexto um conjunto de princípios estruturantes, fundamentais para a sua identidade e sucesso:

- Dinamismo
- Auto-reflexão
- Pluralidade discursiva
- Gestão integrada e rentabilização

2.3.1. Dinamismo

O Complexo Arqueológico incorpora um extraordinário potencial de informação, correspondente aos mais diversos tipos de vestígios acumulados naquele espaço, durante um largo período de tempo. Dado o gigantismo do local e a diversidade de dados e problemáticas a investigar, o progressivo processo de conhecimento que resultará, antes de mais, da realização de escavações arqueológicas, será extraordinariamente

dinâmico ao nível das descobertas e das interpretações a elas associadas.

A compreensão do Complexo Arqueológico pelos diversos tipos de visitantes resultará da transmissão de narrativas que signifiquem “coisas”, contando, dentro do possível, *histórias*. Tais narrativas serão dinâmicas, *vivas* e permanentemente recriadas. Tal será possível a partir dos processos de investigação, que com base numa coordenação geral, poderão integrar investigadores e equipas com diversificados posicionamentos teóricos.

A constante realização de trabalhos de campo, gabinete ou laboratório resultará num sítio *vivo e em construção*. A dinâmica interna será aberta ao exterior, assumindo-se que os trabalhos em curso, particularmente os de campo, são acessíveis ao visitante num esforço de alargamento das possibilidades de diálogo e de fruição do local; assumimos, portanto, que o sítio não deve ser meramente vivido na sua exposição após a descoberta, como também devem ser apreendidos, através da abertura do “estaleiro” ao exterior, os processos de descoberta, de investigação e de interpretação. Tal processo activo abrirá novas perspectivas ao visitante do Complexo Arqueológico:

- a possibilidade do visitante experimentar ou perceber o sítio através da informação obtida e das interpretações fornecidas ou elaboradas individualmente;
- a possibilidade do visitante apreender o processo (sempre em construção) do conhecimento sobre o sítio e as problemáticas em que se insere;
- a possibilidade do visitante acompanhar e participar da dinâmica do trabalho em curso.

2.3.2. Auto reflexão

A necessidade de manter um projecto de alta qualidade, em permanente evolução e afirmação junto de diversos públicos, implica uma sistemática capacidade de avaliação crítica do projecto, assumindo-se a necessidade da actualização ao nível teórico e metodológico, tal como a criatividade permanente ao nível das formas de interacção e comunicação com o visitante. Várias características implicam que a auto-reflexão seja um princípio estruturante na sua concretização:

- a natureza científica em que assenta o desenvolvimento das diversas vertentes;
- a dimensão do Complexo Arqueológico;
- a enorme quantidade e qualidade da informação a acumular;
- o alargado e indefinido prazo de execução do projecto.

2.3.3. Pluralidade discursiva e criatividade

O projecto deverá, sem prejuízo de serem assumidas determinadas linhas discursivas como prioritárias ou privilegiadas, garantir a pluralidade de abordagem nos seus diversos níveis de concretização, desde a investigação científica e das práticas de conservação e restauro, à abordagem museológica, passando pela comunicação estabelecida e pelas arquitecturas contemporâneas a implementar. Considerando-se o conhecimento como uma construção resultante das contingências do tempo em que é produzido e do posicionamento teórico inerente aos investigadores que o elaboram, assume-se a possibilidade de um saudável confronto entre distintos posicionamentos teóricos, áreas disciplinares, metodologias ou interpretações. A hipotética possibilidade de resvalar para um caos de informação e de contradições nas abordagens plurais, típicas de uma certa pós-modernidade, condicionará uma coordenação global do projecto que deverá testar a sua sustentabilidade, promovendo o diálogo interno que assuma a criação de patamares transversais ao processo de investigação e a elaboração de sínteses que alimentarão os conteúdos dos processos de comunicação inerentes à valorização patrimonial.

Esta pluralidade discursiva será o garante de um discurso aberto e dinâmico, rompendo com o dogmatismo de interpretações “oficiais”, criando possibilidades à elaboração de diversas interpretações e narrativas, consistentemente fundamentadas e relativas ao progredir no tempo dos processos de construção contemporânea do sítio pelos arqueólogos, conservadores-restauradores, antropólogos, museólogos, arquitectos ou gestores.

2.3.4. Ponderada gestão e rentabilização

Os pressupostos do Projecto assentam no reconhecimento das suas diversas dimensões, já que o assumimos como valor histórico, como objecto patrimonial, enquanto espaço social e como recurso cultural ou turístico.

Este reconhecimento cria a necessidade de implementar um sistema de gestão e abordagem que seja, acima de tudo, ponderado, equilibrando correctamente as diversas componentes de actuação e que tenha em atenção três aspectos essenciais. Antes de mais a sua necessária rentabilização enquanto recurso, sem a qual será impossível assegurar a sustentação económica das vertentes que o constituem. Por outro, a própria preservação do projecto na sua vocação eminentemente patrimonial e não meramente arqueológica, apesar desta sua natureza ser a responsável por fornecer, através da investigação, a “matéria-prima” para a sua promoção, divulgação e comercialização. Por fim, nunca permitir o desvirtuar dos objectivos propostos ao nível da investigação, da salvaguarda e da valorização.

3. O ARRANQUE DE UM PROCESSO

Os pressupostos em debate neste texto constituem o ponto de partida de uma abordagem que se pretende inovadora. A negociação entre conhecimento, exposição do sítio e a sua preservação futura serão permanentes. Naturalmente que a aplicação prática de um projecto de Arqueologia em Construção carece de financiamentos significativos mas fornece, em contrapartida, a possibilidade de novas formas de acesso às heranças patrimoniais tornadas de novo activas.

O sítio dos Perdígões tem actualmente uma carga emotiva extraordinária. A sua dimensão e o seu encaixe numa paisagem natural fortemente antropizada pela ruralidade sobressaem pela nudez do terreno livre já que a protecção do sítio o tornou num campo reservado e quase intocável. A sua fruição poderá ocorrer de múltiplas formas e, no final, após muitos anos de trabalho para lhe recuperar os sentidos, poderá aquela parcela de paisagem ser de novo recoberta e a sua história ou a memória que dele foi sendo recuperada ser tratada no seu exterior, no núcleo museológico.

A descoberta do sítio é em nosso entender colectiva e durante muito tempo os Perdígões poderão ser encarados como um estaleiro arqueológico no qual se pode circular na procura de sentidos. Os trabalhos de investigação serão complementados pelos de conservação e eventualmente pelos de restauro; a sinalética despertará possibilidades de exploração mais vastas ao visitante; o diálogo com os arqueólogos e a percepção do processo de resgatar à terra os vestígios que encerra darão novas dimensões ao imaginário; o núcleo museológico trabalhará a multiplicidade de abordagens e guardará a memória. No final poderá apenas restar um terreno de novo liberto das pressões do uso.

BIBLIOGRAFIA

- ____ (2003) *II Congr s Internacional sobre Museitzaci  de Jaciments Arqueol gics. Nous Conceptes I Estrat gies de Gest  I Comunicaci *, Museu d'História de la Ciutat. Institut de Cultura. Ajuntament de Barcelona.
- ALDANA, PEDRO (2000). "Un modelo de gestión patrimonial para el sitio prehist rico de Os Perdígões (Reguengos de Monsaraz)", *Era Arqueologia*, 2, Lisboa, Colibri/Era, pp. 180-188.
- ALVES COSTA, ALEXANDRE; SCHMIDT, LUÍSA; OLIVEIRA JORGE, VÍTOR (Coord.) (2001). *Ambiente, Cultura e Desenvolvimento*, Porto, ADECAP.
- ASHWORTH, GREGORY; HOWARD, PETER (1999). *European Heritage Planning and Management*, Exeter, Intellect.
- BARREIRO, DAVID (2003). "Arqueologia y pragmatismo crítico. Hacia la renovación axiológica de la arqueologia", *Era Arqueologia*, 5, Lisboa, Colibri/Era, pp. 182-191.
- CRIBADO BOADO, FELIPE (2001). "Apuntes sobre el mercado e lo público en Arqueologia", *Era Arqueologia*, 4, Lisboa, Colibri/Era, pp. 22-29.

- EDWARDS, RICHARD (2001). "Mémoire et nouvel usage: du monument au projet", *Estudos/Património*, 1, Lisboa, IPPAR, pp. 17-24.
- GIDDENS, ANTHONY (2000). *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Editorial Presença.
- GUILLAUME, MARC (2003). *A Política do Património*, Porto, Campo das Letras.
- HOWARD, PETER (2003). *Heritage. Management, Interpretation, Identity*, London, Continuum.
- HODDER, IAN (ed.) (2000). *Towards reflexive method in archaeology: the example at Çatalhöyük*, Cambridge, McDonald Institute for Archaeological Research.
- IPPAR (2000). *Património, Balanços e Perspectivas (2000-2006)*, Lisboa, IPPAR.
- IPPAR (2001). *Estudos/Património*, 1, Lisboa, IPPAR.
- Jorge, Vítor Oliveira (2002). "A Arqueologia como uma das utopias da Modernidade", *Trabalhos de Antropologia e Emologia*, vol. 42 (1-2), Porto, SPAE, pp. 137-142.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (2002). "O museu é um mundo, o mundo é um museu", *Trabalhos de Antropologia e Emologia*, vol. 42 (3-4), Porto, SPAE, pp. 197-200.
- LAGO *et alli*, (1998). "Povoado dos Perdígões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, IPA, pp. 45-152.
- LAGO, MIGUEL (2001). "O Público e o privado – notas para a inovação na gestão do património arqueológico", *Era Arqueologia*, 4, Lisboa, Colibri/Era, pp. 8-11.
- MARTIN, MARCELO (2001). "Sobre el necesario vinculo entre el patrimonio y la sociedad. Reflexiones críticas sobre la interpretación del Património", *Estudos/Património*, 1, Lisboa, IPPAR, pp. 25-37.
- MIRO ALAIX, MANEL; PADRÓ WERNER, JORDI (2001). "Património y Territorio: una reflexión sobre los proyectos de puesta en valor del patrimonio", *Estudos/Património*, 1, Lisboa, IPPAR, pp. 38-42.
- NEUMANN, THOMAS, W.; SANFORD, ROBERT M. (2001). *Cultural Resources Archaeology. An Introduction*, Walnut Creek, Altamira Press.
- PEREIRA, PAULO (2001). "Lugares de passagem" e o resgate do tempo", *Estudos/Património*, 1, Lisboa, IPPAR, pp. 6-16.
- REBELO, ELVIRA (2001). "A pessoa, as comunidades e os patrimónios: reflexões em torno da história de uma necessidade", *Estudos/Património*, 1, Lisboa, IPPAR, pp. 116-122.
- VALERA, A. *et alli* (1998). "Ambientes Funerários no Complexo dos Perdígões: uma análise preliminar no contexto das práticas funerárias calcolíticas no Alentejo", *Era Arqueologia*, 2, Lisboa, Colibri/Era, pp. 84-105.
- VALERA, A. (2004). "A propósito de recintos murados do 4º e 3º milénios AC: dinâmica e fixação do discurso arqueológico." (no prelo).